

## **Regulamento Tabela de Taxas da Freguesia de Alcaria**

### **Preambulo**

No dia um de Janeiro do ano de 2007 entrou em vigor a Lei nº 53-E/2006 de 29 de Dezembro, que aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.

Esta Lei determina que o regulamento de taxas tem obrigatoriamente que conter, sob pena de nulidade, os seguintes elementos:

- a) A indicação da base de incidência objectiva e subjectiva;
- b) O valor ou fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar;
- c) A fundamentação económico financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;
- d) As isenções e a sua fundamentação;
- e) O modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas;
- f) A admissibilidade do pagamento a prestações.

Tendo em conta estes aspectos bem como outras normas constantes no referido diploma, consideramos as seguintes alterações:

1ª – Transcrever para o regulamento aspectos relevantes da Lei, que possibilitem um melhor enquadramento do que está em causa, atendendo ao perfil inovador do diploma: artigo 1º, nº 3, nº 4, nº 5; artigo 2º (incidência subjectiva); artigo 15º, nº 3; artigo 16º (caducidade e prescrição);

2º -Incluir novos normativos exigidos pela lei: artigo 3º (incidência objectiva), artigo 6º (taxas, fórmulas de cálculo, desincentivo ao não recenseamento).

Houve, igualmente, o cuidado de enquadrar as taxas em fórmulas de cálculo que per si constituem fundamentação económico financeira.

Em conformidade com o disposto nas alíneas d) e j) do n.º 2 do artigo 17.º, conjugada com a alínea b), do n.º 5 do artigo 34.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, e tendo em vista o estabelecido na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro), é aprovado o Regulamento e Tabela de Taxas em vigor na freguesia de Alcaria.

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objecto**

O presente regulamento e tabela anexa têm por finalidade fixar os quantitativos a cobrar por todas as actividades da autarquia no que se refere à prestação concreta de um serviço público local e na utilização privada de bens do domínio público e privado da Freguesia.

## **Artigo 2.º**

### **Sujeitos**

1 – O sujeito activo da relação jurídico-tributária, titular do direito de exigir aquela prestação é a Freguesia de Alcária.

2 – O sujeito passivo é a pessoa singular ou colectiva e outras entidades legalmente equiparadas que estejam vinculadas ao cumprimento da prestação tributária.

3 – Estão sujeitos ao pagamento de taxas o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram a sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquia Locais.

## **Artigo 3.º**

### **Isenções**

1 – Estão isentos do pagamento das taxas previstas no presente regulamento, todos aqueles que beneficiem de isenção prevista em outros diplomas.

2 – O pagamento das taxas poderá ser reduzido até à isenção total quando os requerentes sejam, comprovadamente, particulares de fracos recursos financeiros.

3 – A Assembleia de Freguesia pode, por proposta do Executivo da Freguesia, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas.

## **CAPÍTULO II**

### **TAXAS**

## **Artigo 4.º**

### **Taxas**

1 - A Junta de Freguesia de Alcária cobra as seguintes taxas:

a) Serviços administrativos: emissão de atestados, declarações e certidões, termos de identidade e justificação administrativa, certificação de fotocópias e outros documentos;

b) Cemitérios;

c) Licenciamento de registo de canídeos;

2 – O valor das taxas a cobrar pela junta de Freguesia é a constante da Tabela Geral de Taxas anexa.

3 – O cálculo dos valores das taxas terá em conta os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos a realizar pela autarquia.

4 – As fórmulas de cálculo de apuramento dos custos reais das taxas constantes da Tabela anexa tiveram por base o cálculo do custo de cada serviço prestado, segundo o sistema de custeio total onde todos os custos são repartidos pelos serviços.

5 – Após a averiguação dos custos directos de cada serviço, com o apuramento dos custos em materiais, mão-de-obra, máquinas e viaturas de outros específicos de cada organismo, apurados segundo os documentos de prestação de contas, procedeu-se à repartição dos custos indirectos pelos serviços prestados.

6- O valor das taxas a liquidar, quando expresso em cêntimos, deverá ser arredondado para a unidade de cêntimo mais próximo.

## **Artigo 5.º**

### **Serviços Administrativos**

1 – As taxas de atestados, declarações, certidões e termos de justificação administrativa constam do Anexo I, Capítulo I, e têm como base de cálculo o tempo médio de execução dos mesmos (atendimento, registo, produção).

2 – A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$\text{TSA} = \text{tme} \times \text{vh} + \text{ct} /$$

TSA Taxa de serviços administrativos

- **tme**: tempo médio de execução;
- **vh**: media ponderada do valor hora dos membros do executivo que assinam os documentos e o do funcionário, tendo em consideração o índice da escala salarial;
- **ct**: custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, numero de intervenientes, etc.);

3 – O tempo médio unitário de execução estimado para estes serviços é de 0,25 horas.

4 – A taxa de impressão de folhas tamanho A4 a preto e branco e a cores constam do Anexo I e têm como base de cálculo o custo dos consumíveis.

## **Artigo 6.º**

### **Serviços de Certificação**

1 – O Decreto-Lei n.º 28/2000, de 13 de Março, atribuiu a Junta de Freguesia competência para a conferência de fotocópias com valor probatórios a originais.

2 - As taxas de certificação de fotocópias constam do Anexo I, Capítulo I, e têm por referência o estipulado no Regulamento Emolumentar dos Registos e dos Notariados.

3 – Em conformidade com as faculdades previstas no diploma, e aposta ou inscrita no documento fotocopiado a declaração de conformidade com o original, o local e a data da realização do acto, o nome e a assinatura do autor da certificação, bem como o selo branco da Junta de Freguesia.

## **Artigo 7.º**

### **Cemitérios**

1 – As taxas pagas pela **concessão de terreno**, previstas no Anexo I, Capítulo II, têm como base de cálculo a seguinte fórmula:

$$\text{TCTC} = a \times i \times \text{ct} + d$$

TCTC Taxas pela concessão de terreno no cemitério

a: área do terreno (m<sup>2</sup>);

i: Percentagem a aplicar tendo em conta o espaço ocupado no cemitério nos seguintes moldes:

i=3 se a ocupação estiver contida no intervalo 0 a 30 %.

i=4 se a ocupação estiver contida no intervalo 31 a 60 %.

i=5 se a ocupação estiver contida no intervalo 61 a 90 %.

ct: Custo total necessário para a prestação do serviço;

d: Critério de desincentivo à compra de terrenos.

d=200 € se a ocupação estiver contida no intervalo 0 a 30 %.

d=300 € se a ocupação estiver contida no intervalo 31 a 60 %.

d=400 € se a ocupação estiver contida no intervalo 61 a 90 %.

2 – As taxas pagas pela **construção de capelas e jazigos** têm como base de cálculo, o custo total e o tipo de construção:

$$\text{TCC} = \text{ct} \times i \times a + d$$

ct: Custo total necessário para a prestação do serviço;

i: Percentagem a aplicar tendo em conta o espaço ocupado;

a: área ocupada;

d: Critério de desincentivo à compra de terrenos.

3- As taxas pagas pela abertura de sepulturas têm como base de cálculo, o custo total e o tipo de construção:

$$\text{TAS} = \text{tme} \times \text{vh} + \text{ct}$$

onde

tme: tempo médio de execução;

vh: valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice da escala salarial;

ct: Custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material necessário mais deslocação e mão de obra, etc.) ;

## Artigo 8.º

### Licenciamento e Registo de Canídeos

1 – As taxas de registo e licenças de canídeos constantes do Anexo I, Capítulo III, são indexadas à taxa N1 de profilaxia médica, não podendo exceder o triplo deste valor e varia consoante a categoria do animal, conforme as disposições legais em vigor.

2 – A fórmula de cálculo é a seguinte:

a) Registo: 50% da taxa N1 de profilaxia médica;

b) Licenças da Classe A (Companhia): 230 % da taxa N de profilaxia médica;

c) Licenças da Classe B (Fins económicos): 75 % da taxa N de profilaxia médica;

d) Licenças da Classe E (Caça): 150% da taxa N de profilaxia médica;

e) Licenças da Classe G (potencialmente perigosos): 250 % da taxa N de profilaxia médica;

f) Licenças da Classe H (perigoso): 350 % da taxa N de profilaxia médica.

3 – Os cães classificados nas categorias C (fins militares), D (investigação científica) e F (guias) estão isentos de qualquer taxa

4 – O valor da taxa N1 de profilaxia médica é actualizado, anualmente, por Despacho Conjunto.

### **Artigo 9.º**

#### **Actualização de Valores**

- 1- O Executivo da Freguesia, sempre que entenda conveniente, poderá propor à Assembleia de Freguesia a actualização extraordinária ou alteração das taxas previstas neste regulamento, mediante fundamentação económico - financeira subjacente ao novo valor.
- 2 – Quando as taxas resultem de quantitativos fixados por disposição legal (ex: taxa N de profilaxia médica), serão actualizadas de acordo com a legislação em vigor.

### **Artigo 10.º**

#### **Imposto de Selo**

Às situações geradoras de taxas constantes do anexo I, acresce, em algumas situações, imposto de selo que seja devido nos termos da lei.

## **CAPÍTULO III**

### **LIQUIDAÇÃO**

### **Artigo 11.º**

#### **Pagamento**

- 1 – A relação jurídico-tributária extingue-se através do pagamento da taxa.
- 2 – As prestações tributárias são pagas em moeda corrente ou por cheque, débito em conta, transferência ou por outros meios previstos na lei e pelos serviços.
- 3 – Salvo disposição em contrário, o pagamento das taxas será efectuado antes ou no momento da prática de execução do acto ou serviços a que respeitem.
- 4 – O pagamento das taxas é feito mediante recibo a emitir pela autarquia.

### **Artigo 12.º**

#### **Pagamento em Prestações**

- 1 – Compete ao Executivo da Freguesia autorizar o pagamento em prestações, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente, comprovação da situação económica do requerente, que não lhe permite o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo estabelecido para pagamento voluntário.
- 2 – Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que fundamentam o pedido.
- 3 – No caso do deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida, dividido pelo número de prestações autorizado, acrescentando ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respectivo montante, desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efectivo de cada uma das prestações.
- 4 – O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que corresponder.

5 – A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extracção da respectiva certidão de dívida.

### **Artigo 13.º**

#### **Incumprimento**

- 1 – São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento das taxas.
- 2 – A taxa legal (Decreto-Lei n.º 73/99 de 16 Março) de juros de mora é de 1%, se o pagamento se fizer dentro do mês do calendário em que se verificou a sujeição aos mesmos juros, aumentando-se uma unidade por cada mês de calendário ou fracção se o pagamento se fizer posteriormente.
- 3 – O não pagamento voluntário das dívidas é objecto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Artigo 14.º**

#### **Garantias**

- 1 – Os sujeitos passivos das taxas podem reclamar ou impugnar a respectiva liquidação.
- 2 – A reclamação deverá ser feita por escrito e dirigida ao Presidente da Freguesia, no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.
- 3 – A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.
- 4 – Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial para o Tribunal Administrativo e Fiscal da área da Freguesia, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.
- 5 – A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2.

### **Artigo 15.º**

#### **Regulamentos Específicos**

Quando existam ou venham a ser aprovados e postos em execução regulamentos específicos, para uma ou diversas matérias inscritas neste Regulamento e Tabela anexa, passam a vigorar esses dispositivos regulamentares nas partes em que disponham em sentido diferente do aqui estabelecido, considerando-se, portanto, derogados na parte ou partes que contrariem aqueles.

### **Artigo 16.º**

#### **Legislação Subsidiária**

Em tudo quanto não estiver, expressamente, previsto neste regulamento são aplicáveis, sucessivamente:

- a) Lei n.º 53-E/2006 de 29 de Dezembro;
- b) A Lei das Finanças Locais;

- c) A Lei Geral tributária;
- d) A Lei das Autarquias Locais;
- e) O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- f) O Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- g) O Código de Processo Administrativo nos Tribunais Administrativos;
- h) O Código do Procedimento Administrativo.

#### **Artigo 17.º**

##### **Delegação de Competências**

Todas as taxas cobradas pela Junta de Freguesia que não se encontrem previstas no presente Regulamento, são realizadas de acordo com a delegação de competências previstas na Lei.

#### **Artigo 18.º**

##### **Publicidade**

O presente Regulamento está disponível na secretaria da Junta de Freguesia e na página electrónica da freguesia.

#### **Artigo 19.º**

##### **Entrada em Vigor**

O presente regulamento entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte à sua aprovação pela Assembleia de Freguesia e será publicitado por meio de edital a afixar no edifício da sede da Freguesia.